

## **CONCURSO C-308 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO**

Prova escrita, objetiva, de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Direito Comercial.

### **2ª ETAPA**

#### **INSTRUÇÕES**

1. Esta prova constará de 100 questões e será realizada em duas etapas, de 50 questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que acertar, pelo menos, 50 questões.
4. Preencha a parte lateral da folha de resposta com os dados solicitados.
5. Use somente caneta de tinta azul ou preta.
6. Não use caneta com tinta que atravesse ou borre o papel.
7. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
8. Não rasgue nem rasure a folha de respostas.
9. A duração de cada etapa da prova é de 4 (quatro) horas.
10. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais, bem como de aparelhos eletrônicos e telefones celulares.
11. O candidato que tornar indetectável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.

05/05/2003  
BOA SORTE

## CONCURSO C-308 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

**Prova escrita, objetiva, de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Direito Comercial.**

**Dia 05/05/2003 - Segunda etapa**

### QUESTÕES

#### DIREITO DO TRABALHO

51. Sobre o contrato de trabalho e figuras afins:

I. O Art. 443, § 2º, alínea "c" da CL T inclui o contrato de experiência entre as modalidades de contrato de trabalho por prazo determinado, sendo que o parágrafo único do art. 445 do mesmo diploma preceitua que as prorrogações desse tipo de contrato não poderão exceder o prazo de 90 dias.

II. Entre as características do contrato de emprego podemos citar: a) é *consensua*l, pois sua validade, salvo raras exceções, independente de forma especial prescrita em lei, porque o simples consentimento verbal ou mesmo tácito configura o vínculo jurídico ajustado ou desejado pelas partes; b) *intuitu personae* com relação ao empregado; c) de *trato sucessivo*, por ser executado com caráter contínuo através do tempo; d) *sinagmático*, em virtude da existência de prestações recíprocas; e) *subordinado*, porque o empregado está juridicamente subordinado ao poder de comando do empregador.

III. O *empregado* distingue-se do *trabalhador autônomo* porque, além de ficar juridicamente subordinado ao poder de comando do empregador, este é o que assume todo o risco do empreendimento, enquanto que o *autônomo* executa o trabalho que contrata por vontade própria, ao tempo em que assume o risco dessa atividade, explorando sua força de trabalho em seu benefício, podendo, inclusive, contratar empregados para auxiliá-lo.

IV. As questões entre trabalhador e empregador são trabalhistas, de acordo com o que preceitua o art. 114 da Constituição Federal. Assim sendo, a reparação devida pelos prejuízos pode ser fixada pela jurisdição trabalhista, seguindo o princípio de direito civil que trata da indenização por danos, com base no art. 769 da CLT (que respalda a aplicação do Direito Comum como fonte subsidiária do Direito do Trabalho).

V. O desempenho de um mandato não desnatura o contrato de trabalho, apenas

demonstra o caráter de confiança do cargo exercido pelo empregado. O mandato é perfeitamente conciliável com o contrato de trabalho, ou seja, o mandato e o contrato de trabalho podem coexistir na mesma pessoa.

- a) As alternativas II, III, IV e V estão corretas.
- b) As alternativas I, II, e IV estão incorretas.
- c) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- d) As alternativas I e V estão incorretas.
- e) As alternativas II, III e IV estão incorretas.

52. Sobre as nulidades materiais na esfera trabalhista:

I. A CLT considera nulos de pleno direito os atos praticados com objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação de normas nela contidas. Assim sendo, a declaração de nulidade de um ato jurídico, com base no art. 9º Consolidado, sempre extingue a relação de emprego.

II. Embora existam proibições sobre o objeto do trabalho do menor de idade, a manifestação favorável de quem exerce o *pátrio poder* afasta a proibição do trabalho do menor de 16 anos.

III. No Direito do Trabalho, as nulidades *absoluta* e *relativa* devem ser pronunciadas *ex officio*, em face do caráter social das normas trabalhistas.

IV. De acordo com a teoria própria das nulidades construída no Direito Civil, a declaração de nulidade tem efeito *ex-tunc*, mas no Direito do Trabalho o contrato deve sobreviver, sempre que possível, em vista da impossibilidade de restituição das partes à situação anterior ao ato (*status quo ante*).

V. As hipóteses de nulidade parcial são de larga incidência na prática das relações individuais de emprego, não somente na celebração como nas alterações por que passam, devido à sucessividade do trato labora!. Não se confundem a nulidade parcial e a nulidade relativa, podendo a nulidade parcial ser *absoluta* ou *relativa*.

- a) As alternativas III e IV e V estão corretas.
- b) As alternativas I, II, V estão corretas.

c) As alternativas I, II e III estão incorretas.

d) As alternativas II, IV e V estão corretas.

e) As alternativas IV e V estão incorretas

53. Sobre a subordinação do trabalhador e o poder disciplinar do empregador:

I. O poder de comando do empregador é exercido por meio do poder diretivo e do poder disciplinar, que pode ser delegado a gerentes, supervisores, inspetores, chefes de seção, etc. Mas ao lado do poder de comando, o empregador também possui obrigações a serem cumpridas com relação ao empregado, tais como: pagar pontualmente o salário devido, dar trabalho, possibilitar ao empregado os meios adequados para execução de suas tarefas e respeitar a personalidade moral do empregado na sua dignidade absoluta de ser humano.

II. Quando um invento ou modelo de utilidade for desenvolvido sem correlação com o contrato de trabalho, nem decorrer de uso de recursos, meios, dados, materiais, instalações ou equipamentos do empregador, terá o empregado como titular exclusivo. Neste caso, a exploração do invento por parte do empregador depende de celebração prévia de contrato, mas o empregado continua como titular da patente.

III. O empregado tem obrigação de prestar pessoalmente os serviços contratados, pois a subordinação importa em obedecer às ordens e instruções de seu empregador, ainda que contrariem a lei e outras fontes de direito. Pelo princípio da boa-fé compete também ao empregado o dever de colaboração e fidelidade.

IV. As penalidades decorrentes do poder disciplinar do empregador são em si mesmas *repressivas* das faltas cometidas pelos empregados contra a disciplina interna da empresa. Todas elas (*advertência, suspensão e despedida por justa causa*) visam um objetivo paralelamente exemplar, com relação ao empregado punido e aos demais empregados da empresa. Esse poder disciplinar emana de uma única fonte que é o empregador, mas o exercício desse poder emana de várias fontes, a saber: *legal* (representada pelas fontes imperativas estatais); b) *normativa* (representada pela fonte imperativa mista); c) *convencional e regulamentar* (representada pelas fontes imperativas profissionais); d) *contratual* (representada pela fonte primária).

V. O poder disciplinar possui duas vertentes: uma *administrativa*, interna, tendo por escopo o poder discricionário de punir; outra, *jurisdicional*, externa, revelada pelo controle jurisdicional dos atos administrativos disciplinares do empregador. O certo é que a discricionariedade reconhecida ao empregador não o exime da

obrigação implícita de exercer o poder disciplinar com moderação, buscando um perfeito equilíbrio entre a gravidade da falta e a intensidade da pena aplicada.

- a) As alternativas I, II, IV e V estão incorretas.
- b) As alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- d) As alternativas I, II, IV e V estão corretas.
- e) As alternativas II, III e IV estão incorretas.

54. Sobre a duração da jornada:

I. A nova redação do § 2º, do art. 59 da CLT explicita que a compensação de horários só se legitima por meio de convenção coletiva da categoria ou acordo, de maneira que não exceda no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 12 horas diárias (sistema geral de duração de trabalho ).

II. O art. 7º, inciso XIV, da Constituição Federal, fixou em seis horas a jornada de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva, quando admite a estipulação de jornadas superiores a seis horas, até no máximo oito horas, tendo em vista a limitação imposta no inciso XIII do mesmo dispositivo.

III. Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, a exemplo dos elencos teatrais e congêneres, quer se trate de horários fixos ou variáveis, o parágrafo único do art. 67 da CLT impõe a organização de escala de revezamento mensal, constante do quadro sujeito à fiscalização.

IV. Todas as empresas que possuem mais de 10 (dez) empregados, sem exceções, estão obrigadas a instituir mecanismos de controle de horário de trabalho (registros manual, mecânico ou eletrônico) com pré-assinalação de intervalo para repouso e alimentação (art. 74, § 2º, da CLT).

V. As horas de trabalho extraordinário, executadas em horário noturno, determinam o pagamento do salário-hora normal acrescido dos dois adicionais compulsórios.

- a) As alternativas III e IV e V estão incorretas.

- b) As alternativas I, III e IV estão incorretas.
- c) As alternativas I, II, III e V estão incorretas.
- d) As alternativas III, IV e V estão incorretas.
- e) As alternativas I, II, IV e V estão corretas.

55. Sobre equiparação salarial:

I. As regras de equiparação salarial resultantes dos arts. 7º da CF/88 e 461 da CL T são cumulativamente as seguintes: a) equiparação feita com empregados da mesma empresa; b) limita-se à mesma localidade; c) pressupõe empregados que exerçam a mesma função e que o façam com uma diferença de tempo de serviço na empresa não superior a dois anos; d) cabe entre empregados que tenham a mesma perfeição (qualidade do serviço) técnica e mesma produtividade (quantidade de serviço); e) inexistência de quadro de pessoal organizado em carreira.

II. Cabe ao empregado provar, judicialmente, a identidade de funções. Ao empregador caberá provar os fatos impeditivos nos termos do Enunciado nº 68 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

III. Preenchidos os requisitos legais e doutrinários, o empregado equiparado terá direito ao mesmo salário do paradigma, inclusive as vantagens pessoais deste.

IV. Perfeitamente cabível a equiparação salarial quando o pessoal da empresa estiver organizado em quadro de carreira, com promoções alternadas, por antigüidade e merecimento, tendo presente o que se contém no art. 5º, XXXV, da CF/88: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

V. Salvo as exceções legais, quando o paradigma for estrangeiro, além dos elementos insertos no art. 461, a CL T exige tão-somente que a função seja análoga para gerar o direito do brasileiro à equiparação salarial.

- a) As alternativas I e III estão corretas.
- b) As alternativas I, II, e IV estão incorretas.
- c) As alternativas I, II, III e V estão incorretas.
- d) As alternativas I, III e IV estão incorretas.
- e) As alternativas II, III e IV estão corretas.

56. Sobre a alteração do contrato de trabalho:

I. O art. 7º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, permite que através de convenção ou acordo coletivo de trabalho seja flexibilizado o princípio da irredutibilidade do salário.

II. A regra geral sobre a natureza contratual da relação de emprego, enunciada no art. 468 da CLT, considera nulas de pleno direito as alterações promovidas nos contratos individuais do trabalho, decorrentes de ato unilateral do empregador e de ato bilateral ajustado pelos contratantes, do qual resulte, direta ou indiretamente, prejuízo ao empregado.

III. Sempre que o empregado estiver no exercício de cargo de confiança, poderá o empregador, por ato unilateral e a qualquer tempo, dispensá-la do mesmo, determinando o seu retorno ao cargo efetivo anteriormente ocupado, posto que essa medida se inclui nos limites do *jus variandi*.

IV. A real necessidade de serviço é a condição legal para a transferência de empregado, constituindo-se em direito potestativo do empregador.

V. A extinção de estabelecimento autoriza a transferência de empregados para outra unidade da mesma empresa, mas se o empregador não possuir outro estabelecimento, o contrato de trabalho se resolve com o levantamento do FGTS sem o acréscimo da multa de 40%.

a) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.

b) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

d) As alternativas III e V estão incorretas.

e) As alternativas IV e V estão corretas.

57. Assinale a alternativa correta de acordo com as afirmativas abaixo:

I. O empregador poderá aplicar a pena de suspensão disciplinar ao empregado faltoso desde que sua duração não ultrapasse trinta dias úteis, além de arcar com o ônus de provar a prática do ato faltoso, se o empregado recorrer à Justiça do Trabalho contra a aplicação da penalidade.

II. Estão incluídos entre os efeitos que emergem da suspensão (total ou parcial) do contrato de trabalho, na ocorrência de retorno do empregado: a) a persistência do vínculo jurídico de emprego; b) o direito às vantagens de ordem geral ocorridas durante a suspensão.

III. Sendo a *suspensão contratual disciplinar* um ato administrativo discricionário do empregador, fica sujeita a *controle jurisdicional*, quando provocado pelo empregado mediante dissídio individual, sendo que a *anulação da suspensão* pela sentença equivale ao reconhecimento do exercício abusivo do poder disciplinar pelo empregador.

IV. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, nas hipóteses de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que seja seu dependente legal, caracterizando interrupção do contrato de emprego por faltas ao serviço, mas o empregador pode oferecer resistência a essa *semiparalisação*, com fulcro no seu poder de comando que o faz assumir todos os riscos da atividade econômica (art. 2º da CLT).

V. Na prestação do serviço militar obrigatório, destinado a preparar o reservista das Forças Armadas brasileiras, verifica-se a interrupção do contrato de trabalho do respectivo empregado, devendo seu empregador lhe pagar os salários correspondentes ao período de afastamento.

a) As alternativas I, II e III estão corretas.

b) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

d) As alternativas III e V estão incorretas.

e) As alternativas II e III estão corretas.

58. Sobre a terminação do contrato de trabalho:

I. As justas causas são objeto de enumeração *taxativa* na lei trabalhista, de modo que não se pode fundar nenhuma rescisão contratual em fato que não se ajuste a alguma das hipóteses nela enunciadas.

II. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a extinção natural do contrato a *termo* não gera o efeito necessário de liberação dos depósitos fundiários (Lei 8.036/90).

III. O princípio do *non bis in idem* é aplicável ao Direito Penal do Trabalho.

IV. O aviso prévio é devido tanto pelo empregador como pelo empregado. Mas se este estiver amparado pela estabilidade sindical, não poderá o empregador denunciar o contrato mediante aviso prévio.

V. Na despedida indireta a iniciativa de romper o vínculo laboral é do empregado, mas não pode ser feita através de aviso prévio porque este possui natureza potestativa e receptiva.

a) As alternativas I, III e IV e V estão corretas.

b) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

d) As alternativas II, IV e V estão corretas.

e) As alternativas IV e V estão incorretas.

59. Acerca das regras atuais que envolvem a prescrição e a decadência no Direito do Trabalho:

I. Nas ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social, não se aplica a prescrição bienal ou quinquenal.

II. O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para o trabalhador rural, até o limite de dois anos após a extinção do contrato.

III. Contra entidades públicas anos não corre nenhum prazo de prescrição quanto ao direito de ação para cobrança de créditos resultantes das relações de trabalho.

IV. O prazo de 30 (trinta) dias para se propor ação de inquérito judicial por falta grave no caso do trabalhador detentor de estabilidade é decadencial.

a) Todas as opções acima estão corretas.

b) Somente a opção IV está incorreta.

c) Somente a opção 111 está incorreta.

d) As opções II e III estão corretas, enquanto que as opções I e IV estão incorretas.

e) Nenhuma das opções está correta.

60. São consideradas práticas discriminatórias frente ao trabalho da mulher:

I. Oferecimento pelo empregador de serviços e de aconselhamento ou planejamento familiar, realizados por meio de instituições privadas, submetidas às normas do Sistema Único de Saúde - SUS.

II. Proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

III. Exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.

IV. Considerar o sexo como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;

a) Todas as opções estão corretas.

b) Somente a opção I está incorreta.

c) Somente a opção III está correta.

e) As opções III e IV estão corretas e as opções I e II estão incorretas.

e) Todas as opções estão incorretas.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

61 . Acerca dos atos do juiz:

I. A sentença é a prestação jurisdicional que expressa a soberania do Estado, através da qual o juiz soluciona a controvérsia que lhe é submetida. Quanto à relevância, as sentenças podem ser *interlocutórias*, *terminativas* e *definitivas*. As sentenças *interlocutórias* decidem um processo, sem lhe por fim. As *terminativas* são as que julgam o mérito da controvérsia ou decidem definitivamente um ponto que foi objeto do litígio. As *definitivas* põem fim ao processo, sem decidir o mérito da causa.

II. Conforme a espécie de ação em que são proferidas, as sentenças serão declaratórias, condenatórias ou constitutivas. A sentença declaratória limita-se a declarar ou não a existência de uma relação jurídica, assim como a autenticidade ou falsidade de um documento (art. 4º do CPC). A sentença

condenatória é proferida em um processo em que se pede o cumprimento de uma prestação, ou seja, dá ao devedor o direito de promover a respectiva execução, como no caso de uma reclamação visando ao pagamento de salários vencidos. A sentença constitutiva cria, modifica ou extingue uma relação jurídica: em geral, produz efeito *ex nunc*. Por meio dela se torna efetivo um direito potestativo, a exemplo de um empregado estável, dando pela procedência do inquérito proposto pelo empregador. Mas todas as sentenças condenatórias e constitutivas são também declaratórias, reservando-se o nome de declaratórias às sentenças que se restringem a declarar, não contendo condenação ou constituição de direito. Algumas sentenças constitutivas podem compreender uma condenação, sendo chamadas de constitutivas-condenatórias.

III. Se os atos praticados pelo juiz consistem em "sentença, decisões interlocutórias e despachos" (art. 162 do CPC) e o que faz coisa julgada é a sentença, segundo a redação do art. 467 do CPC, conclui-se, por exclusão, que as decisões interlocutórias e os despachos não transitam em julgado. Tampouco fazem coisa julgada "os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença; a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo" (art. 469 do CPC). Também não transitam em julgado as sentenças proferidas com a cláusula *rebus sic stantibus* (art. 471, I, do CPC).

IV. O efeito característico da sentença é a obtenção da coisa julgada, isto é, de um pronunciamento judicial do qual não caiba qualquer recurso, como inserto no art. 467 do CPC. Com base nesse dispositivo processual, não existe qualquer possibilidade de modificação de uma sentença transitada em julgado.

V. O acordo pretendido pelas partes em litígio, se atentar contra preceito de ordem pública ou for nitidamente lesivo aos interesses do empregado ou de terceiros deve ter recusa a sua homologação pelo juiz.

- a) As alternativas I e IV estão incorretas.
- b) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.
- d) As alternativas III e V estão incorretas.
- e) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

62. Sobre matéria recursal:

I. A matéria recursal está ligada ao princípio do duplo grau de jurisdição. O recurso se distingue das ações autônomas de impugnação de decisões porque, sendo interposto no mesmo processo em que está a decisão impugnada, não pode voltar-se contra a prestação jurisdicional transitada em julgado. O recurso visa provocar a revisão de uma decisão judicial, constituindo-se em ônus processual.

II. Para que o recurso seja conhecido, devem ser preenchidos vários requisitos denominados de *pressupostos de admissibilidade*. É parte legítima para recorrer quem foi *vencida* em algum aspecto da demanda (pressuposto subjetivo). O recurso deve ser *adequado*, isto é, ser cabível na hipótese. Mas o princípio da *adequação* é atenuado pelo princípio da *fungibilidade* dos recursos, desde que tenham sido respeitados os prazos e outras formalidades exigidas para o recurso cabível.

III. O recurso adesivo previsto no art. 500 do CPC é compatível com o processo trabalhista na forma do Enunciado nº 196 do Colendo TST, sendo cabível em todos os recursos admissíveis, não se subordinando ao recurso principal.

IV. Dois são os efeitos possíveis do recurso: devolutivo e suspensivo. O primeiro é inerente a qualquer recurso: não há recurso sem efeito devolutivo. Mas nem todos os recursos possuem efeito suspensivo, como estatuído no art. 899 da CLT, o que significa dizer que mesmo pendente de recurso, a sentença judicial é exequível até a penhora, a título *provisório*.

V. O recurso ordinário é o mais amplo e o mais genérico dos recursos trabalhistas. Cabe das decisões definitivas das Varas ou Juízos de Direito investidos de jurisdição trabalhista (art. 895, "b" da CLT), nos dissídios individuais, cujo valor exceda a alçada do rito sumário (Lei 5584/70), bem como das decisões definitivas dos Tribunais em processo de sua competência originária (art. 895, "b" da CLT).

- a) As alternativas I e III estão incorretas.
- b) As alternativas I, II e III estão corretas.
- c) As alternativas I, II, IV e V estão corretas.
- d) As alternativas III e V estão incorretas.
- e) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

63. Sobre Recurso de Revista:

I. A existência de decisões contraditórias, para solução de casos iguais, cria incerteza nos jurisdicionados e abala a confiança na atuação do Poder Judiciário, sendo esta a razão da existência do *recurso de revista*, que objetiva padronizar o entendimento das leis. É cabível contra decisões de última instância (art. 896 da CLT), proferidas em processos de litígio individual, na fase de conhecimento, posto que incabível a revista nos processos coletivos e nos processos em fase de execução, ou de embargos de terceiro interpostos nessa fase, salvo, por exceção, na hipótese de ofensa direta à Constituição Federal (§ 2º do art. 896 da CLT).

II. A divergência jurisprudencial ensejadora da admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso de revista há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram. Daí a necessidade de demonstrar essa divergência para o Órgão julgador. Se não constar da decisão, compete à parte prequestioná-la. Diz-se prequestionada a matéria quando na decisão impugnada haja sido adotada, implicitamente, tese a respeito. Incumbe à parte interessada interpor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento acerca do tema, sob pena de preclusão.

III. Os Tribunais Regionais do Trabalho procederão, obrigatoriamente, à uniformização de sua jurisprudência, nos termos, do Livro I, Título IX, Capítulo I do CPC, servindo a súmula respectiva para ensejar a admissibilidade do Recurso de Revista quando contrariar Súmula da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.

IV. Estando a decisão recorrida através do Recurso de Revista em consonância com o enunciado da Súmula da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, não poderá o Ministro relator, indicando-o, negar seguimento ao Recurso de Revista, aos Embargos ou ao Agravo de Instrumento. Será denegado seguimento ao Recurso nas hipóteses de intempestividade, deserção, falta de alçada e ilegitimidade de representação, cabendo a interposição de Agravo.

V. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por violação direta da Constituição da República.

a) As alternativas I e IV estão incorretas.

b) As alternativas I, II e IV estão incorretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão incorretas.

d) As alternativas III e V estão corretas.

e) As alternativas II, III, IV e V estão incorretas.

64. Sobre a execução trabalhista:

I. Transitada em julgado a decisão condenatória (sentença ou acórdão) que põs fim ao processo de conhecimento, ou sendo inadimplido o acordo (transação) realizado pelos litigantes, inaugura-se a fase de liquidação para as sentenças ilíquidas (art. 879 da CLT). Estabelecida a liquidez do título executivo, em todos os casos, o devedor será convocado a satisfazer a obrigação no prazo de 48 horas (*caput* do art. 880 da CLT), sob pena de sujeitarse à penhora de bens suficientes ao pagamento da dívida, com os acréscimos legais (art. 883 da CLT).

II. Modernamente a execução tem como objetivo o patrimônio do devedor (art. 646 do CPC). Para o cumprimento das suas obrigações, o devedor responde não somente com os bens presentes, mas, também, com os futuros, desde que seja observado o limite legal da expropriação (arts. 591 e 659 do CPC).

III. Embora o credor ocupe posição de preeminência, a execução não deve afrontar a dignidade humana do devedor, expropriando-lhe bens indispensáveis à sua subsistência e à dos membros de sua família. Por esse motivo, a lei tornou insuscetíveis de penhora determinados bens (art. 649 do CPC), a exemplo dos bens de família. A lei autoriza, todavia, à falta de outros bens, a penhora de frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, ainda que destinados a alimentos de mulher solteira, desquitada, etc.

IV. O pressuposto legal da execução definitiva de título judicial é o trânsito em julgado da sentença condenatória, o inadimplemento do acordo realizado em juízo (art. 876 da CLT) ou o termo de conciliação firmado no âmbito das Comissões de Conciliação Prévia (arts. 652-E, parágrafo único, e 876, *caput*, da CLT), conforme o caso. É, portanto, o princípio da imutabilidade da coisa julgada que autoriza a execução definitiva da sentença ou acórdão. Há situações em que o mesmo título judicial permite, a um só tempo, a execução *definitiva* e *provisória*, conquanto pertinentes a partes distintas desse provimento condenatório.

V. O mandado de citação é composto por dois comandos distintos: o primeiro se destina a dar ciência ao devedor de que a execução se iniciou; o segundo contém a ordem para que o devedor atenda ao comando da sentença, sob pena de apresamento de seus bens. O devedor será citado para solver sua obrigação em 48 horas ou nomear bens à penhora, caso pretenda opor embargos (art. 880, *caput*, da CLT). Na ocorrência do devedor não ser encontrado pelo Executante de Mandados, este deverá certificar as diligências realizadas no sentido de localizá-lo e devolver o Mandado à Secretaria do Juízo (art. 652, § 2º, do CPC). Em consequência, o devedor será citado por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede do juízo, durante 30 dias (art. 880, § 3º, da CLT).

- a) As alternativas I, III e V estão incorretas.
- b) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- c) As alternativas II e IV estão incorretas.
- d) As alternativas III e V estão corretas.
- e) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

65. Ainda sobre a execução trabalhista:

I. O escopo da execução reside na prática de atos coercitivos, destinados a levar o devedor a satisfazer o direito do credor reconhecido pela sentença exequenda, mas que não lhe impede de opor-se à execução através da figura de *embargos do devedor*, cujo prazo passa a fluir da data de ciência da penhora, considerando que o exercício do direito, com exceção da Fazenda Pública (art. 730 do CPC), está condicionado à prévia garantia do juízo ou penhora de bens (art. 884, *caput*, da CLT). Se o depósito ou o valor dos bens oferecidos for inferior ao da dívida e seus acréscimos, o juízo não estará garantido e os embargos do devedor não devem ser admitidos.

II. Segundo o art. 884, § 1º, da CLT, a matéria de defesa, nos embargos oferecidos pelo devedor, à execução fundada em título judicial será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida. Mas nas execuções lastreadas em títulos extrajudiciais (termo de transação firmado perante as Comissões de Conciliação Prévia ou termo de ajustamento de conduta, celebrado com Ministério Público do Trabalho) compreendem não apenas as previstas nos arts. 884, § 1º da CLT e 741 do CPC, como todas as matérias que poderiam produzir em sua defesa no processo de conhecimento (art. 745 do CPC).

III. No processo moderno, a execução por quantia certa tem natureza patrimonial (art. 591 do CPC), implementando-se na expropriação de bens, presentes e futuros, do devedor, com a finalidade de satisfazer o direito do credor (arts. 591 e 646 do CPC). Neste sentido, a exceção de pré-executividade ainda é uma matéria controvertida no Direito Processual do Trabalho.

IV. Falando sobre *embargos de terceiro*, o art. 1049 do CPC preceitua que "os embargos serão distribuídos por dependência e correrão em autos distintos perante o mesmo juiz que ordenou a apreensão". Estes embargos, disciplinados pelo Processo Civil (arts. 1046 a 1054), são admissíveis no Processo do Trabalho, uma vez que ausente o obstáculo da incompatibilidade (art. 769 do CPC).

V. No conjunto dos atos ditos atentatórios à dignidade da justiça, o de fraude à execução é o único que permite ser objetivamente constatado. Os atos praticados em fraude à execução são ineficazes e as hipóteses que caracterizam fraude à execução estão elencadas no art. 593, incisos I a III, do CPC, incluindo outros casos expressos em lei. O Juiz do Trabalho possui competência para declarar a ineficácia do ato lesivo aos interesses do credor (venda, oneração, doação, etc.).

a) Todas as alternativas estão incorretas.

b) Todas as alternativas estão corretas.

c) As alternativas I e II estão incorretas.

d) As alternativas III e V estão incorretas.

e) As alternativas III e IV estão incorretas.

66. Sobre os atos de constrição e alienação judicial:

I. A penhora representa o ato material que o Estado realiza com o objetivo de ensejar a expropriação e a conseqüente satisfação do direito do credor. É um típico ato de *imperium* do juízo da execução que não subtrai do devedor o direito de propriedade sobre os bens apreendidos pelo juízo da execução. O que se retira do devedor e se transfere ao Estado-juiz é a faculdade de dispor desses bens. Sendo a responsabilidade do devedor de natureza patrimonial (art. 591 do CPC), a finalidade da execução por quantia certa está fulcrada na *expropriação judicial* de seus bens, de modo a satisfazer o direito do credor (art. 646 do CPC). Afirma o art. 647 do diploma processual civil que a expropriação consiste: a) na alienação dos bens do devedor; b) na adjudicação em benefício do credor; c) no usufruto de imóvel ou de empresa.

II. Deixando o arrematante de complementar o preço, no prazo de 24 horas, contado a partir do encerramento da praça, não só será desfeita a arrematação, como o arrematante perderá, em prol da execução, o sinal de 20% que havia depositado para garantir o lanço (art. 888, § 4º, da CLT), retornando à praça os bens apreendidos.

III. A adjudicação é legalmente apontada como uma das formas de *pagamento* ao credor (art. 708, II, do CPC) e pode ter por objeto bens móveis e imóveis (art. 888, § 1º, da CLT). Assim sendo, o juiz pode conceder, por sua iniciativa, a adjudicação ao credor.

IV. O direito de remir a dívida pode ser exercido tanto pelo devedor, quanto por

terceiro. Em qualquer hipótese, a remição só será possível se o devedor oferecer preço igual ao valor da condenação, ou seja, a remição só é permitida quando for capaz de satisfazer integralmente a obrigação.

V. A sentença resolutiva de embargos à execução oferecidos por entes da Fazenda Pública (União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica) não se encontra sujeita ao duplo grau de jurisdição, porquanto a remessa de ofício somente é exigível no caso de sentença condenatória (total ou parcialmente), proferida no processo de conhecimento.

a) As alternativas III e IV estão incorretas.

b) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

c) As alternativas I, II, IV e V estão corretas.

d) As alternativas III e V estão incorretas.

e) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

67. Sobre inquérito para apuração de falta grave:

I. O inquérito para apuração de falta grave é ação proposta pelo empregador contra empregado estável (art. 652, b, da CLT), devendo ser apresentada por escrito (pois não se admite o *jus postulandi* para esse tipo de ação) e permite que cada parte apresente até seis testemunhas (art. 821 da CLT).

II. O empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito em que se verifique a procedência da acusação, perdurando a suspensão até a decisão final do processo. Embora seja uma faculdade, na prática, o empregado estável é sempre suspenso, previamente, e o prazo para interposição do inquérito é de sessenta dias, a contar do primeiro dia de suspensão.

III. Provada a falta grave, a sentença terá caráter constitutivo, autorizando a rescisão contratual. Se o empregado houver sido suspenso preventivamente, os efeitos da sentença retroagem para apanhar a situação de fato na data da interposição do inquérito.

IV. Quando o empregado é suspenso previamente e a sentença não reconhece a falta grave alegada pela empresa, deve ser determinada a reintegração do empregado no serviço e o pagamento dos salários de todo o período de suspensão, reconstituindo-se o vínculo de emprego (art. 495 da CLT). O

empregado também faz jus à remuneração de todos os períodos de férias vencidas no interregno do afastamento (art. 131, V, da CLT) e a todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia.

V. Uma das peculiaridades da ação de inquérito para apuração de falta grave é a obrigação do empregador no sentido de pagar as custas antes do julgamento, calculadas sobre o valor de seis vezes o salário mensal do empregado ou empregados.

- a) As alternativas I e IV estão incorretas.
- b) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.
- d) As alternativas II e V estão incorretas.
- e) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

68. Sobre ações civis admitidas no processo trabalhista:

I. Entre as ações incomuns, a de consignação em pagamento é das mais freqüentes na Justiça do Trabalho. Seu principal objetivo é exonerar o empregador (devedor) do pagamento da multa rescisória (§ 8º do art. 477 das CLT), além de juros e correção monetária. O prazo para propositura desta ação é de 5 (cinco) dias após o rompimento do pacto laboral.

II. O mandado de segurança contra despacho ou decisão na Justiça do Trabalho só é cabível se não houver recursos previstos nas leis processuais ou não puder ser modificado por via de correição. O mandado de segurança só será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus*, sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça.

III. O prazo para impetrar mandado de segurança é de *cento e vinte dias*, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado. O art. 18 da Lei 1.533/51 pressupõe que o ato seja *completo, operante e exeqüível*. Este prazo é de *decadência* do direito à impetração, e, como tal, não se suspende nem se interrompe desde que iniciado.

IV. O procedimento monitório, adotando a técnica da *sumarização*, simplifica e abrevia a obtenção do título executivo, dispensando o prévio processo de

conhecimento. A ação monitória coloca o credor em posição privilegiada, por inverter o contraditório, ficando ao alegado devedor a incumbência de discutir o mandado liminar deferido pelo juízo sem a oitiva. Se o réu ficar inerte, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial.

V. A ação de prestação de contas competirá a quem tiver o direito de prestá-las e a obrigação de exigí-las, sendo que aquele que pretender exigir a prestação de contas requererá a citação do réu para as apresentar ou contestar a ação, no prazo de cinco dias.

- a) As alternativas I e V estão incorretas.
- b) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.
- d) As alternativas III e V estão incorretas.
- e) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

69. Tendo em vista as normas que regulam o procedimento sumaríssimo:

I. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

II. Ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

III. A apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Vara Trabalhista.

IV. O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

- a) Todas as opções acima estão corretas.
- b) Somente a opção I está incorreta.

c) Somente a opção II está correta.

d) As opções II e III estão corretas, enquanto que as opções I e IV estão incorretas.

e) Nenhuma das opções está correta.

70. Considerando as regras gerais que norteiam o uso da correição parcial no processo trabalhista:

I. Tem lugar a correição parcial, para a emenda de erro ou abusos que importarem a inversão tumultuária dos atos e fórmulas da ordem legal do processo, quando, para o caso, não houver recurso específico.

II. É apreciada e decidida pelo mesmo juiz imputado de ter causado o ato tumultuário.

III. A autoridade competente poderá indeferir a inicial, desde logo, quando não for caso de reclamação correicional.

IV. Das decisões proferidas pela autoridade competente, caberá agravo regimental para a Seção Especializada do TRT, no prazo de 8 (oito) dias.

a) Todas as opções acima estão corretas.

b) Somente a opção II está incorreta.

c) Somente a opção I está correta.

d) As opções I e IV estão corretas, enquanto que as opções II e III estão incorretas.

e) Nenhuma das opções está correta.

## **DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

71. Sobre a mediação e a arbitragem na esfera trabalhista:

I. O § 1º do art. 114 da CF/88 permite a arbitragem dos conflitos coletivos, como um procedimento facultativo que se inicia com uma cláusula de compromisso, desenvolvendo-se com maior flexibilidade e sem os formalismos do processo jurisdicional, mas não desobriga as partes de apresentarem argumentos e provas. O laudo arbitral e a sentença se equivalem em qualidade e força, o que

significa dizer que, se o laudo arbitral não for cumprido, o árbitro possui força coercitiva para cobrá-la.

II. A arbitragem é uma forma de composição do conflito pela heterocomposição, desenvolvida por uma pessoa ou um órgão suprapartes destinada a proferir uma decisão que será acatada pelos litigantes. Por isso a arbitragem é considerada pelo direito brasileiro como forma alternativa e obrigatória de solução dos conflitos coletivos.

III. A diferença da mediação para a arbitragem está calcada no poder de decidir, que na arbitragem possui força obrigatória entre os litigantes, o que não ocorre na mediação, posto que o mediador não possui poderes para decidir, apresentando solução para o conflito de interesses que lhe é levado à apreciação.

IV. As partes de comum acordo podem recorrer à mediação para auxiliar na composição de seus interesses, mas a proposta formulada pelo mediador não obriga nenhuma delas. Frustrada a negociação, as partes poderão, de comum acordo, eleger árbitros. O laudo arbitral obrigará as partes, possuindo força normativa, independentemente de homologação judicial.

V. No Brasil, a arbitragem é voluntária e regulada, no plano infraconstitucional, pela Lei nº 9.307/66. Nasce sempre de um contrato, mais especificamente da convenção de arbitragem, que se divide em compromisso e cláusula compromissória. A natureza da arbitragem é contratual, por decorrer de acordo de vontades.

- a) As alternativas I e II estão incorretas.
- b) As alternativas I, II, III e IV estão incorretas.
- c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.
- d) As alternativas IV e V estão incorretas.
- e) As alternativas I, II e V estão incorretas.

72. O art. 9º da Constituição da República de 1988 dispõe sobre o exercício do direito de greve no setor privado da economia e foi regulamentado pela Lei nº 7.783, de 28/06/89. Sobre a greve no direito brasileiro:

- I. O direito pátrio não legitima as greves políticas e de solidariedade.
- II. Ao sindicato dos trabalhadores compete convocar a assembléia geral para

definir quanto às reivindicações e deliberações sobre a paralisação coletiva do trabalho, objetivando legitimar a greve sob o aspecto formal. Uma vez deliberado acerca do movimento paredista, deverá o Sindicato dos Trabalhadores pré-avisar a entidade patronal no prazo de 48 horas, salvo no caso de serviços ou atividades essenciais quando a comunicação deve ser feita com antecedência mínima de 72 horas.

III. Para o exercício "ativo" do direito de greve faz-se necessária a conjugação da vontade de mais de uma pessoa, pois o direito, na forma ativa, só pode ser exercido em conjunto.

IV. No Brasil, não existem limites para o exercício do direito de greve no setor privado, após o reconhecimento desse direito na Carta Magna de 1988.

V. O principal efeito da greve é a suspensão dos contratos individuais de trabalho dos grevistas, mas desde que observadas as condições para deflagração e desenvolvimento da greve.

a) As alternativas I, II e IV estão corretas.

b) As alternativas I, II, III e IV estão incorretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

d) As alternativas IV e V estão corretas.

e) As alternativas IV e V estão incorretas.

## **DIREITO CIVIL**

73. Sobre contratos previstos no novo Código Civil:

I. O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de 3 (três) anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.

II. A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob uma condição suspensiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue; e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado.

III. A perempção, ou preferência, impõe ao comprador uma obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para

que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto. O prazo para o exercício do direito de preferência não pode ultrapassar 180 dias, se a coisa for móvel, ou um ano, se imóvel.

IV. Não pode ser objeto de venda com reserva de domínio a coisa insuscetível de caracterização perfeita, para extremá-la de outras congêneres. Na dúvida, decide-se a favor do terceiro adquirente de boa-fé.

V. O terceiro que, depois de conhecer os poderes do mandatário, com ele celebrar negócio jurídico exorbitante do mandato, tem ação contra o mandatário, salvo se este lhe prometeu ratificação do mandante ou se responsabilizou pessoalmente.

a) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

b) As alternativas I, II e V estão corretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

d) As alternativas III e V estão incorretas.

e) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

74. Sobre a responsabilidade da pessoa jurídica ou de seus sócios:

I. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

II. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para fins de liquidação, até que esta se conclua.

III. Com relação à sociedade limitada, quando houver modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, terá o sócio que dissentiu o direito de retirar-se da sociedade, nos 60 dias subsequentes à reunião.

IV. Ainda com relação à sociedade limitada, as atribuições e poderes conferidos pela lei ao conselho fiscal não podem ser outorgados a outro órgão da sociedade, e a responsabilidade de seus membros obedece à regra que define a dos administradores (art. 1.016 do CC).

V. Na sociedade cooperativa a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.

- a) As alternativas III, IV e V estão incorretas.
- b) As alternativas I, II e III estão corretas.
- c) As alternativas I, II, IV e V estão corretas.
- d) As alternativas I, II, III e V estão corretas.
- e) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

75. Sobre a interpretação e a integração da lei:

I. A interpretação visa a descobrir o sentido objetivo do texto jurídico. Ela varia conforme a fonte de que provém, destacando-se: a) *interpretação autêntica* - se for dada pelo próprio legislador através da lei; b) *interpretação jurisprudencial ou judicial* - a que se encontra nas decisões judiciais, nas sentenças, nos acórdãos dos tribunais; c) *interpretação doutrinária* dada pelos doutos (juristas e juriconsultos).

II. Ocorrendo de o juiz se deparar com um caso não previsto pelo legislador, poderá decidi-lo com base na analogia, procurando no sistema jurídico hipótese semelhante à *sub judice*.

III. A lei não se destina a um corpo social inerte, mas a uma sociedade viva, em mobilidade, tendo épocas de crise, outras de estabilidade e de desenvolvimento. É através do método gramatical ou literal que o intérprete concilia a lei com a realidade social.

IV. Quando a lei for omissa o juiz decidirá o caso somente de acordo com a analogia e os princípios gerais do direito.

V. A jurisprudência formada pelos órgãos da Administração Pública (através de despachos, decisões, circulares, portarias, etc.) pelos órgãos da Administração Pública, em decorrência da interpretação *administrativa* de uma lei, tem força igual a da jurisprudência judicial.

- a) As alternativas III, IV e V estão incorretas.
- b) As alternativas I, II e IV estão incorretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

d) As alternativas IV e V estão corretas.

e) As alternativas I e V estão incorretas.

76. Sobre a responsabilidade civil:

I. A responsabilidade civil se caracteriza por três pressupostos: a) existência de uma ação comissiva ou omissiva; b) ocorrência de um dano moral ou patrimonial causado à vítima; c) nexo de causalidade entre o dano e a ação (fato gerador da responsabilidade).

II. A ação, fato gerador da responsabilidade, pode ser lícita ou ilícita. A responsabilidade decorrente de ato ilícito baseia-se na idéia de culpa (censurabilidade da conduta do agente), e a responsabilidade sem culpa funda-se no risco (teoria objetiva).

III. O dano moral vem a ser a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo. A reparação do dano moral é, em regra, *pecuniária*, ante a impossibilidade do exercício do direito de retorção, visto que ele ofenderia os princípios da coexistência e da paz sociais.

IV. Não há como confundir a imputabilidade com o nexo de causalidade. A imputabilidade diz respeito a elementos subjetivos e o nexo causal a elementos objetivos, consistentes na ação ou omissão do sujeito, atentatória do direito alheio, produzindo dano material ou moral. Assim, pode haver imputabilidade sem nexo causal.

V. As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, excluindo a pena convencional.

a) As alternativas III e V estão incorretas.

b) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

d) As alternativas III e V estão corretas.

e) As alternativas IV e V estão incorretas.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

77. Sobre os sujeitos da relação processual:

I. Sempre que a parte for civilmente incapaz haverá a necessidade de intervenção do Ministério Público no processo, sob pena de nulidade.

II. Em regra, a titularidade da ação vincula-se à titularidade do pretendido direito material subjetivo, envolvido na lide. Assim "ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei" (art. 6º do CPC). Quando a *parte processual* é pessoa distinta daquela que é *parte material* do negócio jurídico litigioso, tem-se o instituto denominado pela doutrina como *substituição processual*. Mas a excepcionalidade prevista no art. 6º do CPC pressupõe a existência de um interesse conexo da *parte processual* com a *parte material*, ou seja, só admite a substituição processual quando a própria lei reconheça ao terceiro uma legitimação especial para demandar interesse alheio.

III. Cumpra ao juiz verificar *ex officio* as questões pertinentes à capacidade das partes e à regularização de sua representação nos autos (art. 267, IV e § 3º do CPC), por se tratar de pressupostos de validade da relação processual.

IV. Dentro da sistemática do processo civil moderno, as partes são livres para escolher os meios mais idôneos à consecução de seus objetivos. Mas essa liberdade há de ser disciplinada pelo respeito aos fins superiores que inspiram o processo, como método oficial de procura da justa e célere composição do litígio. Daí a exigência legal inserta nos arts. 14 e 15 do CPC, para que as partes se conduzam segundo os princípios de lealdade e boa-fé, deveres estes que atingem autor e réu, bem como aos terceiros intervenientes, e ainda aos advogados que os representem no processo.

V. Através do instituto da *oposição*, um terceiro intervém no processo para defender o que é seu e que está sendo disputado em juízo por outrem, através de medida que visa excluir tanto autor como réu. Em nosso Código de Processo Civil a *oposição* só pode ser total, não podendo atingir apenas parte da coisa ou direito litigioso.

- a) As alternativas III e V estão incorretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) As alternativas I, II, III e V estão incorretas.
- d) Somente a alternativa V está incorreta.

e) Todas as alternativas estão corretas.

78. Sobre os atos e despesas processuais:

I. O processo, enquanto relação jurídica tendente a alcançar um objetivo (a composição da lide), compõe-se de atos que buscam diretamente a consecução do seu fim. Entre os atos que dizem respeito especificamente ao *processo*, incluem-se os que provocam a instauração da relação processual, documentam os fatos alegados e solucionam afinal a lide, como a petição inicial, a citação, a contestação, a produção de provas e a sentença.

II. Para o Código de Processo Civil os atos são divididos em atos das partes (arts. 158 a 161), atos do juiz (arts. 162 a 165) e atos do escrivão ou chefe de secretaria (arts. 166 a 171). Fora essas pessoas enumeradas no Código de Processo Civil, nenhuma outra pessoa pode praticar atos jurídicos no curso do processo, sob pena de provocar sua nulidade.

III. No sistema legal vigente, há prazos não apenas para as partes, mas também para os juízes e seus auxiliares. O efeito da preclusão, todavia, só atinge as faculdades processuais das partes e intervenientes.

IV. Todos os prazos processuais, mesmo os dilatatórios, são *preclusivos*. Portanto, decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, salvo se houver justa causa comprovada.

V. É devido o ressarcimento dos honorários do advogado, mesmo funcionando ele em causa própria.

a) As alternativas I, III, IV e V estão corretas.

b) As alternativas I, II e IV estão corretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

d) As alternativas II e V estão incorretas.

e) As alternativas II e IV estão incorretas.

79. Sobre a petição inicial e sobre o pedido:

I. A função jurisdicional, embora seja uma das expressões da soberania do

Estado, só pode ser exercida mediante provocação da parte interessada. A demanda vem a ser o ato pelo qual uma pessoa pede ao Estado a prestação jurisdicional, isto é, exerce o direito público de ação, provocando a instauração da relação jurídica processual que há de dar solução ao litígio em que a parte se viu envolvida. O veículo dessa manifestação é a petição inicial, que revela ao juiz a lide e contém o pedido da providência jurisdicional, frente ao réu, que o autor julga necessária para compor o litígio.

II. No processo civil, a petição inicial pode ser verbal ou escrita.

III. A lei processual permite, de forma plena, a cumulação de pedidos em um mesmo processo, mesmo que não haja conexão entre eles, desde que seja contra o mesmo réu.

IV. O cerne da petição inicial é o *pedido*, que exprime aquilo que o autor pretende do Estado frente ao réu. A lei explicita que o *pedido* deve ser certo ou determinado, sendo lícito também formular pedido genérico no processo civil, sem exceções.

V. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, deverá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela.

a) As alternativas III, IV e V estão corretas.

b) As alternativas I, II e IV estão incorretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão incorretas.

d) As alternativas II, III, IV e V estão incorretas.

e) As alternativas III, IV e V estão corretas.

80. Sobre medidas cautelares e tutela antecipada:

I. A tutela antecipada tem semelhança com a medida cautelar. A diferença é que a tutela versa sobre adiantamento do que foi pedido na inicial, ao passo que a cautelar destina-se à solução de aspectos acessórios, com a manutenção de certas situações, até o advento da sentença.

II. Os requisitos da tutela antecipada são os seguintes: a) requerimento da parte; b) prova inequívoca do alegado; c) verossimilhança da alegação; d) receio de dano irreparável ou de difícil reparação. O item "d" é dispensado quando o réu abusar do direito de defesa ou agir com manifesto propósito protelatório.

III. A tutela antecipada pode ser dada a qualquer momento no curso do processo de conhecimento, ao passo que a medida cautelar, em regra, é requerida à parte, em processo próprio. De acordo com a doutrina, a tutela antecipada pode também ser dada pelo juiz na sentença, ou pelo tribunal, após a sentença, antes do trânsito em julgado.

IV. A tutela antecipada pode ser geral e específica. A primeira trata das obrigações em sua generalidade (art. 273 do CPC). A segunda diz respeito às obrigações de fazer e não fazer, sendo regida pelas regras do art. 461 do CPC, que permite ao juiz conceder a tutela específica da obrigação e, se procedente o pedido, determinar as medidas necessárias à obtenção de resultado prático equivalente ao do inadimplemento.

V. De acordo com o *caput* do art. 273 do CPC, a tutela antecipada só pode ser formulada pelo autor em sua petição inicial (art. 282 do CPC e § 1º do art. 840 da CL T). O réu não tem autorização legal para requerer a antecipação, faculdade exclusiva daquele que é acionante.

- a) As alternativas III e V estão incorretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) As alternativas I, II e V estão incorretas.
- d) Somente as alternativas II, III e V estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

81. Sobre os meios de defesa e reconvenção:

I. Diz o art. 319 do CPC que "Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor". Assim sendo, o autor poderá alterar o pedido ou a causa de pedir e demandar declaração incidente, sem necessidade de nova citação, pois contra o revel correrão os prazos independentemente de intimação.

II. O réu poderá reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. Neste caso, o autor reconvindo será intimado, na pessoa de seu procurador, para contestá-la no prazo de cinco dias. A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção.

III. O sistema do processo de conhecimento é dominado pelo princípio do contraditório, que consiste em garantir às partes o direito de serem ouvidas, nos autos, sobre todos os atos praticados, antes de qualquer decisão. Isto quer dizer

que o processo é essencialmente dialético, não obrigando o réu a contestar. A resposta é tão-somente uma faculdade para o réu, pois, se não se defender, sofrerá as conseqüências da revelia em qualquer tipo de litígio (arts. 319, a 322 do CPC). O processo é julgado à revelia, em todos os casos, quando o réu não apresentar defesa.

IV. No sistema jurídico brasileiro, a contestação não é apenas um meio de defesa material, comportando também a possibilidade de usá-la para as defesas de natureza processual, isto é, opor alegações que possam viabilizar a relação processual ou revelar imperfeições formais capazes de prejudicar o julgamento do mérito. São argüições que se revestem de caráter prejudicial, devendo ser examinadas antes do mérito da questão.

V. Ocorre conexão entre duas ou mais ações quando houver comunhão de objeto ou de causa de pedir. A defesa que invoca a conexão é apenas dilatória, já que não visa à extinção do processo, mas apenas a reunião das causas conexas.

a) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

b) As alternativas I, II e IV estão incorretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

d) As alternativas I, II e III estão incorretas.

e) As alternativas III, IV e V estão corretas.

82. Sobre provas no Direito Processual Civil:

I. No processo de conhecimento não basta alegar os fatos, pois para que a sentença declare o direito faz-se imperativo que o juiz se certifique da verdade dos fatos litigiosos, o que se dá através das *provas*. A finalidade da prova é formar a convicção do juiz em torno dos fatos alegados. Os meios de prova estatuídos na legislação processual e os moralmente legítimos podem ser empregados para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa (art. 332 do CPC). Assim sendo, as partes devem provar todos os fatos afirmados em Juízo.

II. Compete às partes utilizar corretamente as faculdades processuais, de modo que a verdade real seja evidenciada nos autos, pois o que não se encontra no processo não existe para o julgador. O direito processual se contenta com a verdade formal, que em muitos casos não tem nenhum vínculo com a realidade.

III. A orientação doutrinária e legislativa do direito pátrio consagrou a valoração das provas através do *sistema da persuasão racional*, permitindo que a decisão do juiz seja fruto de uma operação lógica armada com base nos elementos de convicção existentes no processo. A lei estatui que o juiz apreciará os fatos segundo as regras do livre convencimento, mas deverá atender aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, e, ainda, indicar na sentença os motivos que lhe formaram o convencimento.

IV. No processo moderno, o juiz deixou de ser simples árbitro diante do duelo judiciário travado entre os litigantes e assumiu poderes de iniciativa para pesquisar a verdade real e bem instruir a causa. Por essa razão, poderá determinar *de ofício* as provas que julgar necessárias à instrução do processo, observadas as limitações legais, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias, face o interesse do estado para que a lide seja composta de forma justa e segundo as regras do direito.

V. No processo civil, a confissão feita por escrito, à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória que a judicial, mas a confissão é, de regra, indivisível, não podendo a parte, que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável ...".

a) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

b) As alternativas I, II e IV estão corretas.

c) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

d) As alternativas II, III, IV e V estão corretas.

e) As alternativas III, IV e V estão incorretas.

83. A medida cautelar de arresto tem lugar:

I. Quando o devedor que tem domicílio se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente.

II. Quando for disputada a propriedade ou a posse de bens móveis, semoventes ou imóveis, havendo fundado receio de rixas ou danificações.

III. Quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los, hipotecá-los ou dá-los em anticrese, sem ficar com algum ou alguns, livres e desembargados, equivalentes às dívidas.

IV. Quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens

que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente a alternativa I está correta.
- c) Somente a alternativa II está incorreta.
- d) As alternativas III e IV estão corretas e as alternativas I e II estão incorretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

84. Sobre as regras que norteiam o incidente de uniformização da jurisprudência:

I. Compete a qualquer juiz, ao dar voto na turma, câmara, ou grupo de câmaras, solicitar o pronunciamento prévio do tribunal acerca da interpretação do direito quando verificar que, a seu respeito, ocorre divergência;

II. O tribunal, reconhecendo a divergência, dará a interpretação a ser observada, cabendo a cada juiz emitir o seu voto em exposição fundamentada.

III. Em matéria de incidente de uniformização da jurisprudência, qualquer que seja o caso, será ouvido o chefe do Ministério Público que funciona perante o tribunal.

IV. O julgamento, tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram o tribunal, será objeto de súmula e constituirá precedente na uniformização da jurisprudência.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente a alternativa I está correta.
- c) Somente a alternativa II está incorreta.
- d) As alternativas I e II estão corretas e as alternativas III e IV estão incorretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

85. É objetivo da seguridade social, a diversidade da base de financiamento, que compreende:

I. Recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II. Contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

III. Sobre a receita de concursos de prognósticos denominado jogo do bicho.

IV. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.

a) Todas as opções acima estão corretas.

b) Somente a opção III está incorreta.

c) Somente a opção IV está correta.

d) As opções I e IV estão corretas, enquanto que as opções II e III estão incorretas.

e) Nenhuma das opções está correta.

86. Excluindo-se a hipótese de direito adquirido, é permitido o recebimento conjunto (cumulativo) dos seguintes benefícios da Previdência Social:

I. Aposentadoria e auxílio-doença.

II. Mais de um auxílio-acidente.

III. Aposentadoria e abono de permanência em serviço.

IV. Salário-maternidade e auxílio-doença.

a) Todas as opções acima estão corretas.

b) Somente a opção IV está incorreta.

c) Somente a opção II está correta.

d) As opções I e IV estão corretas, enquanto que as opções II e III estão incorretas.

e) Nenhuma das opções está correta.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

87. A respeito do Poder Judiciário Brasileiro, não se pode afirmar que:

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a Ação Declaratória de Constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originalmente, nos crimes comuns e de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho, os Juízes de Direito e os Juízes do Trabalho, dentre outros enumerados na Constituição.

c) O Tribunal Superior do Trabalho tem sede em Brasília e é composto por 17 ministros, togados e vitalícios, dos quais 11 escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho.

d) Compete aos Juízes Federais processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

e) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, devendo os tribunais elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

88. São princípios sensíveis da Constituição Federal:

I. A forma republicana, o sistema representativo e o regime democrático.

II. Os direitos da pessoa humana.

III. A autonomia municipal.

IV. A prestação de contas da administração pública direta e indireta.

V. A aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Todas as assertivas são falsas.
- c) Apenas duas assertivas são verdadeiras.
- d) Apenas três assertivas são verdadeiras.
- e) Apenas quatro assertivas são verdadeiras.

89. A respeito da Federação na Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que:

- a) A Federação Brasileira compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos autônomos.
- b) O Federalismo constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- c) A autonomia das unidades federativas obsta a existência de um direito nacional.
- d) A forma federativa de Estado constitui uma das cláusulas pétreas da Constituição de 1988.
- e) Os Estados Federados devem observar a Constituição Federal, não sendo regidos por Constituições Estaduais.

90. Não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o seguinte entendimento:

- a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, sendo compatível com a Constituição a fixação de prazo decadencial para o ajuizamento da ação.

b) Qualquer pessoa é parte legítima para propor a Ação Popular, desde que comprove sua condição de eleitor.

c) Os direitos e garantias individuais, cláusulas pétreas da Constituição de 1988, estão inseridos no artigo 5º da Carta Magna e em outros dispositivos do texto constitucional.

d) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, que atualmente é o Ministério do Trabalho e Emprego.

e) A prisão do depositário judicial não pode ser decretada no próprio processo em que se constitui o encargo, independentemente da propositura de ação de depósito.

91. A respeito da execução contra a Fazenda Pública, marque a alternativa correta:

a) É obrigatória a expedição de Precatório Requisitório em todo e qualquer processo que envolva condenação de ente público.

b) Em todas as condenações inferiores a 60 (sessenta) salários mínimos, fica dispensada a expedição de Precatório.

c) Todos os débitos de natureza alimentícia podem ser pagos diretamente pela Fazenda Pública, independentemente de Precatório.

d) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

e) O credor trabalhista não pode pedir o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito de ente público municipal, em caso de preterimento de seu direito de precedência.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

92. A respeito da Administração Pública Brasileira:

I. As autarquias, as fundações públicas, as sociedades de economia mista e as empresas públicas integram a administração indireta.

II. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação,

cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

III. São órgãos integrantes da Administração Federal Direta, a Presidência da República e os Ministérios.

IV. O chamado "teto constitucional", previsto no art. 37, XI, da Constituição da República não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista, mesmo que recebam recursos da União.

V. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) Apenas a alternativa II está incorreta.
- d) Apenas as alternativas II, III e IV estão incorretas.
- e) Apenas as alternativas II e IV estão incorretas.

93. A respeito do Inquérito Civil Público, não é correto afirmar que:

- a) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a dez dias.
- b) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento à propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.
- c) Os autos do inquérito civil arquivados serão remetidos obrigatoriamente ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de três dias, sob pena de falta grave ao órgão ministerial.
- d) No inquérito civil público fica assegurada a ampla defesa e o contraditório à parte investigada, sob pena de nulidade.
- e) O Ministério Público, nos inquéritos civis, poderá tomar dos interessados um compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante

cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

94. No que diz respeito ao processo disciplinar relativo a servidor público, pode-se afirmar que:

a) O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases: sindicância, instauração, inquérito administrativo e julgamento.

b) A comissão, obrigatoriamente, dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados de suas atribuições normais até a conclusão do relatório.

c) O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

d) O processo disciplinar poderá ser revisto a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido, desde que não ultrapassado o prazo de cinco anos da aplicação da penalidade.

e) Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, inclusive daqueles destituídos de cargo em comissão.

95. Quanto à responsabilidade do Estado e do servidor público, pode-se concluir que:

I. No Direito Brasileiro, prevalece a responsabilidade objetiva do Estado e a responsabilidade subjetiva do servidor público, na forma do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

II. São apontadas como excludentes da responsabilidade a força maior e a culpa da vítima, nos casos de responsabilidade objetiva do Estado.

III. A doutrina brasileira é polêmica em relação a atos legislativos, mas tem prevalecido a teoria da irresponsabilidade;

IV. Em relação aos atos judiciais, a doutrina também é polêmica, mas em se tratando de erros judiciários a Constituição Federal garante indenização ao condenado e ao que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Todas as alternativa estão corretas.
- c) Apenas uma alternativa está incorreta.
- d) Apenas duas alternativas estão incorretas.
- e) Apenas três alternativas estão incorretas.

96. Em relação aos bens públicos, é correto afirmar que:

I. São bens dos Estados os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Município e que sirvam de limites com outros Estados.

II. São bens da União, as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental definidas em lei e os terrenos de marinha e seus acrescidos.

III. Incluem-se entre os bens dos Estados, as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes e emergentes.

IV. Todos os bens públicos são impenhoráveis e inalienáveis.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Somente as alternativas I e II estão incorretas.
- c) Somente a alternativa I está incorreta.
- d) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- e) Somente as alternativas II e IV estão corretas.

## **DIREITO PENAL**

97. Diz-se o crime:

I. Consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

II. Doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

III. Culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

IV. Tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

a) Todas as opções acima estão corretas.

b) Somente a opção IV está incorreta.

c) Somente a opção I está correta.

d) As opções I e III estão corretas, enquanto que as opções II e IV estão incorretas.

e) Nenhuma das opções está correta.

### **DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO**

98. Quanto às imunidades de jurisdição, não se pode afirmar que:

a) A Convenção de Viena sobre relações diplomáticas foi aprovada pelo Brasil em 1964 e assegura aos membros de missão diplomática imunidade de jurisdição nos Estados acreditados.

b) A imunidade de jurisdição se estende às organizações internacionais, como ONU, OIT e outras.

c) A doutrina reconhece a existência de dupla imunidade, de jurisdição e de execução, podendo o Estado renunciar a qualquer uma delas, por conveniência ou interesse.

d) Os Estados gozam de imunidade de jurisdição por direito próprio; os agentes diplomáticos por via indireta, como representantes do Estado, com base na necessidade de bem desempenhar sua missão de representação nos Estados.

e) A Constituição Federal de 1988 restringiu a imunidade de jurisdição somente aos Estados estrangeiros que mantêm relações diplomáticas com o Brasil.

### **DIREITO COMERCIAL**

99. Em relação ao Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

a) Constitui direito básico do consumidor a inversão do ônus da prova, a seu

favor, no processo civil e no processo penal.

b) A previsão de desconsideração da personalidade jurídica, quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito só é aplicável a requerimento das partes ou do Ministério Público.

c) As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor apenas quando os contratos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

d) As cláusulas contratuais só obrigam o consumidor se delas tiver conhecimento prévio.

e) Os interesses individuais homogêneos são aqueles de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

100. Em relação às sociedades anônimas, é correto afirmar que:

a) As preferências ou vantagens das ações preferenciais das sociedades anônimas só podem consistir em prioridade na distribuição de dividendos, fixos ou mínimos, ou na prioridade no reembolso do capital, com prêmio.

b) As ações somente podem ser nominativas ou ao portador.

c) O número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício deste direito não pode ultrapassar 2/3 do total das ações emitidas.

d) É vedada a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.

e) As ações de uma companhia podem ter valor nominal distinto.